



percursos teórico-metodológicos e práticos da Geografia Escolar

O CURRÍCULO DE GEOGRAFIA E A DISCUSSÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL E DE SEXUALIDADE NO CONTEXTO DA SALA DE AULA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Vanessa Manfio
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
vanessamanfio@yahoo.com.br

Vinício Luís Pierozan
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
vpierozan@hotmail.com

Resumo: A intolerância ainda é bastante presente na sala de aula das escolas brasileiras públicas e/ou privadas, reforçada por um modelo de sociedade, que defende um padrão de organização tradicional, baseado na maioria dos iguais. A proposta desse artigo é realizar uma revisão de literatura sobre o ensino de Geografia e as abordagens de caráter étnico-racial e de sexualidade. Busca-se dialogar sobre a importância de se discutir estes temas no contexto da Geografia escolar, procurando colaborar para a construção de uma sociedade mais acolhedora, tolerante, justa e solidária com a diversidade. Para atingir os objetivos propostos no trabalho, o percurso metodológico foi embasado na pesquisa bibliográfica sobre o tema, que fez o uso de diferentes leituras bibliográficas, onde inicialmente realizou-se a leitura do material selecionado, em seguida, a sua análise e interpretação e posteriormente a sistematização das informações obtidas no transcorrer do estudo.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Sexualidade na Escola; Preconceito Étnico-racial.

Introdução

Nos dias de hoje, a questão étnico-racial e de sexualidade é um assunto que vem sendo muito discutido no âmbito da Educação Básica, principalmente nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. O ambiente escolar está marcado pela diversidade de

indivíduos em sala de aula, além da existência de muitos preconceitos ainda persistentes por parte da sociedade brasileira. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), “Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar e valorizar a diversidade étnica e cultural que a constitui” (BRASIL, 1998, p.68).

Logo, trabalhar com estes assuntos no ambiente escolar é significativo para se pensar na formação de pessoas mais humanizadas e cidadãs que saibam lidar com as diferenças, respeitando os demais indivíduos, seja quanto ao aspecto étnico-racial, a sexualidade ou outro existente. Neste contexto, a Geografia deve abarcar o tratamento/esclarecimento destes assuntos, pois os espaços são produzidos pela sociedade, que é desigual em vários sentidos, em particular, a brasileira, que é multicultural. Além do mais, a ciência geográfica trabalha com cidadania e outros conceitos-chave que apresentam contribuições significativamente importantes neste tema.

Por tanto, cabe ao professor de Geografia buscar trabalhar com a sexualidade e a questão étnico-racial não apenas como mais questão de abordagem transversal aos conteúdos geográficos, a fim de contribuir para formação de um indivíduo e profissional que entenda e respeite a diversidade. Pensando neste sentido, o presente artigo objetiva realizar uma revisão de literatura sobre o ensino de Geografia e a abordagem étnico-racial e de sexualidade. Pretende-se dialogar sobre a importância de se discutir estes temas no contexto da Geografia Escolar, buscando contribuir para formação de uma sociedade mais solidária e acolhedora com a diversidade.

Para dar conta deste objetivo, os percursos metodológicos foram pautados na pesquisa bibliográfica, que faz o uso de diferentes leituras bibliográficas, onde inicialmente ocorre a leitura, a análise, a interpretação e a sistematização de dados. Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Ela permite ao pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos que não poderiam ser vistos em pesquisas diretas a campo (GIL, 2008). Diante disso, no presente estudo, utilizam-se como base as concepções teóricas, sobre questão étnico-racial e sexualidade na educação, discutidas por autores, tais quais: Castrogiovanni (2010), Figueiró (2009), Ferreira (2015), Silva (2014), Souza (2016), entre outros, procurando correlacionar estas questões ao ensino de Geografia na educação básica.

A educação, o currículo escolar e as diferenças étnico-raciais e de sexualidade

A educação precisa atender, além da formação básica do ser humano para o trabalho, a construção dos saberes cognitivos, a socialização dos indivíduos, ou seja, a formação integral do estudante para atuar e viver em sociedade. Propondo a criação de uma sociedade mais democrática e comprometida, apta a vencer as significativas desigualdades socioeconômicas existentes ao longo do diverso território brasileiro e que também facilite o conviver social com as diferenças, especialmente as de caráter étnico-racial e sexual. É importante destacar, que

Para a demarcação de uma identidade socialmente aceita sempre existirão operações de inclusão e exclusão, assim afirmar “o que somos” ou “quem somos”, significa também dizer o “que ou quem não somos”, “quem pertence” e “quem não pertence” dentro de uma matriz identitária (HALL, 2006, SILVA, 2007, citado por OLIVEIRA JÚNIOR; MAIO, 2013, p.2).

Para isto, é necessário pensar um currículo escolar flexível à realidade dos alunos e pautado no tratamento das relações étnico-raciais e do respeito à orientação sexual de cada indivíduo. Para o primeiro caso, é importante o entendimento da história brasileira e da importância das diferentes matrizes culturais (indígena, europeia e africana) na formação da população do país e na constituição do território nacional como temos hoje. E, no segundo, é importante abrir diferentes caminhos para pensar na sexualidade como algo individual e um ponto de aprendizado sobre o corpo e as suas afeições.

Para Silva (2014, p.103) seria importante que no currículo a questão do racismo não fosse tratada de forma simplista, uma vez que o racismo é uma representação das diferentes relações de poder e um assunto bastante negligenciado dos currículos escolares por um longo período de tempo. Com a criação da Lei Federal 10.639/03 houve novas perspectivas no âmbito do racismo e da inserção das questões étnico-raciais nas escolas. Segundo Passos e Nogueira (2016), a Lei Federal 10.639/03 alterou a Lei 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que regulamenta o sistema educacional nacional (público e privado), tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares, trazendo uma reestruturação do ensino escolar, da produção acadêmica e das perspectivas teóricas das ciências.

Porém, o aluno afro-brasileiro ainda se sente, no cotidiano escolar, inferiorizado, ora de forma sutil ora de uma maneira mais explícita (SOUZA, 2016), principalmente porque as escolas ainda são orientadas por doutrinas pedagógicas e currículos tradicionais onde o discurso escolar aborda os interesses da população branca de origem europeia. Ademais, mesmo com a posse dessa Lei ainda falta a criação de uma noção escolar que trabalhe com as questões raciais, não apenas com a história afro-brasileira, mas coma formação de uma identidade social. No contexto da sexualidade discutida em sala de aula, Ferreira (2015, p.45) diz que,

[...] a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas ela própria as produz. Isso leva ao entendimento de que a proposta objetiva e explícita da escola é a constituição de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais. Os discursos e as práticas escolares vinculam gênero e sexualidade no sentido da heterossexualidade, segundo os padrões hegemônicos e hipócritas da sociedade de que a escola faz parte.

Todavia, no círculo escolar existem crianças e adolescentes que não se reconhecem como heterossexuais (padrão cultural hegemônico), e estas questões precisam ser trabalhadas com os alunos, no entendimento do seu próprio corpo (afetivo/sexual) e orientação sexual, aceitação, ou no respeito aos colegas. Assim, o preconceito aos alunos homossexuais, bissexuais, pansexuais, transexuais devem ser trabalhados no sentido de formar o indivíduo para o exercício do respeito e amor ao próximo, mesmo que estes sigam outras orientações sexuais, que não estão de acordo com o padrão tradicional dominante presente na sociedade brasileira.

É importante também destacar que a população do país é de maioria (autodeclarada) cristã, e nas últimas décadas tem se verificado um aumento significativo em todo o território nacional de igrejas evangélicas neopentecostais localizadas principalmente nas periferias das grandes cidades, regiões pobres e de grande vulnerabilidade socioeconômica. Estas igrejas e seus fiéis “demonizam” qualquer conduta e/ou orientação sexual que não seja a heterossexual, muitas crianças/adolescentes que frequentam estes ambientes passam a reproduzir esse modelo de conduta nos lugares que costumam frequentar e a escola é o principal deles.

Logo, a educação deve estar centrada na criança e no adolescente, nas suas necessidades, indagações, aspirações e desejos, preenchendo as lacunas e dando a oportunidade de formar opiniões, atitudes e combater tabus e preconceitos (FIGUEIRÓ, 2009). E, por sua vez, os currículos escolares precisam estar abertos à discussão destes

assuntos, que estão cada vez mais presentes no cotidiano da sociedade e afloram principalmente na escola.

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciamos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (GOMES, 2012, p.102).

No entanto, nem todas as instituições de educação básica, tanto as públicas como as privadas, têm a devida preocupação de inserir estes assuntos no currículo letivo, ou muitas das vezes, seus profissionais não possuem a devida preparação para o exercício escolar e/ou se recusam a trabalhar o tema em sala de aula com os alunos, inclusive quando a questão vem à tona durante a própria aula (RIBEIRO, 2017). Sendo recorrente o silenciamento e/ou a negligência da escola, enquanto instituição formadora de pensamentos e de ações auxiliares no combate às discriminações (SOUZA, 2016).

Os currículos escolares não têm conseguido abarcar uma reestruturação de pensamento crítico ao aluno, principalmente no tratamento de questões como estas tratadas neste artigo. Nas palavras de Silva (2005, p.108) “o currículo tem sido tradicionalmente concebido como um espaço onde se ensina a pensar, onde se transmite o pensamento, onde se aprende o raciocínio e a racionalidade” temas que estão presentes na escola como relações de gênero e sexualidade encontram dificuldades para entrar no currículo e quando são introduzidos em sala de aula assumem um caráter meramente informativo, como, por exemplo, na sexualidade a discussão de doenças sexualmente transmitidas (ALMEIDA; LUZ, 2011). Situação muito distante da definição proposta por Rubin (2017, p.31), que definiu que “gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente. É um produto das relações sociais de sexualidade”.

De acordo com Santana e Freitas (2015, p.9), “Ao educador compete à vigilância, o desempenho e a valorização das divergências mostrando que a diversidade forma o mosaico humano, diferente, belo, desigual e único. A junção das diferenças evidencia a beleza de sermos da mesma essência apesar de diferentes [...]”.

Assim, cabe a educação vencer as amarras tradicionais do ensino-aprendizagem conteudista buscando espaço também para atender as diferenças, os desiguais, e caminhando para a construção de uma sala de aula, mais humana e aberta a todos. Os currículos escolares

precisam, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental, trabalhar temas transversais, paralelos as disciplinas, contemplando a questão étnico-racial e a sexualidade, fazendo isto com a contribuição da interdisciplinaridade. A utilização de temas transversais tem sido o caminho encontrado por muitos professores para trabalharem estas questões com os alunos em virtude do currículo não as contemplar.

O ensino de Geografia e a temática da diversidade étnico-racial e sexual

No âmbito da Geografia vários temas são plausíveis de serem discutidos em sala de aula e associados aos conceitos e conteúdos programáticos que são a base do currículo escolar. Segundo Cosgrove (2004, p.92) “A Geografia está em toda parte”, por isso, entender as questões relacionadas a raças, etnias, gêneros e sexualidade compõem um mundo propício para o ensino geográfico.

Assim, a Geografia tem um papel fundamental na formação e fortalecimento da cidadania e da análise de fenômenos socioespaciais diversos que envolvem também as diferentes etnias e gêneros sexuais presentes na construção do espaço geográfico escolar. Para Castrogiovanni (2010, p.93),

O conteúdo de Geografia, neste contexto, é o material necessário para que o aluno construa o seu conhecimento, aprenda a pensar. Aprender a pensar significa elaborar, a partir do senso comum, do conhecimento produzido pela humanidade e do confronto com os outros saberes (do professor, de outros interlocutores), o seu conhecimento. Este conhecimento, partindo dos conteúdos de Geografia, significa “uma consciência espacial” das coisas, dos fenômenos, das relações sociais que se travam no mundo.

Colaborando com este pensamento, Cavalcante (2014) menciona que o ensino de Geografia assume o papel de “educar para a igualdade racial”, para a cidadania, para uma visão de mundo socioespacial diversificado e miscigenado, assim como é de fato a sociedade brasileira.

No que tange a questão étnico-racial tratada nos currículos e nas aulas de Geografia, pode-se dizer que há quatro tendências de discussões geográficas: a) espaço e relações étnico-raciais; b) identidades e territorialidades negras; c) geopolítica dos países africanos; d) territórios e manifestações culturais e religiosas (MARÇAL; SIQUEIRA, 2012). Portanto, a Geografia através do estudo do espaço pode contextualizar a África e os diferentes países,

localizando e demonstrando os seus potenciais, analisando as diferentes paisagens e regiões brasileiras com seus elementos africanos presentes em maior ou menor escala. A cultura africana no Brasil também precisa ser valorizada e preservada, pois constitui a essência de uma das matrizes formadoras do território brasileiro.

No ensino sobre a África não se deve apenas tratar de problemas socioeconômicos e conflitos envolvendo a África e os descendentes de africanos dispersos pelo mundo, a fim de minimizar o sentido de inferioridade dos países africanos. Neste sentido, os livros didáticos não têm avançado na abordagem étnico-racial, pois a abordagem e imagens ainda revelam a precariedade no tratamento deste assunto. Conforme Moreira e Dias (2015), os livros didáticos de Geografia pouco têm contribuído para que o indivíduo tenha uma percepção das imagens étnico-raciais de forma crítica e reflexiva, uma vez que, estes ainda buscam descrever e mencionar informações a respeito da África estereotipada e da supremacia dos norte-americanos e europeus.

Por outro lado, ao contextualizar em sala de aula a questão da sexualidade, os materiais didáticos ainda são marcados pela exigência do silêncio sobre a diversidade, em matéria de sexualidade, fruto da censura em relação ao tema (LIONÇO; DINIZ, 2009). As escolas e a Geografia pouco discutem a temática em sala de aula, pois nem sempre o currículo escolar e os pais estão abertos ao enfrentamento destas questões. A sociedade brasileira ainda possui dificuldade para reconhecer e aceitar, quem não é parte da maioria (heterossexual) e as famílias preferem fechar os olhos para o assunto, postura que só aumenta e reforça o preconceito, a discriminação em suas mais variadas formas como o sexismo, o racismo e a fobia em relação as pessoas que fazem parte do grupo LGBTQIA+¹.

Além disso, a questão de gênero apresenta ainda uma visão bastante masculinizada. Nos livros didáticos, as ocupações profissionais e as relações interpessoais ainda são divididas entre homens e mulheres, demonstrando a figura masculina como superior a feminina. O negro, por sua vez, continua sendo retratado ocupando empregos, que exigem pouca qualificação e/ou que são mal remunerados como porteiro, padeiro, segurança, cobrador de ônibus, atendente/empacotador de supermercado, a mulher negra figura como doméstica, faxineira, recepcionista, secretaria do consultório e não como a médica, dentista, psicóloga,

¹ Atual nomenclatura utilizada para designar o segmento composto por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual e qualquer outra possibilidade de orientação sexual e/ou de identidade de gênero que exista.

fato que inferioriza a etnia negra perante o branco de origem europeia. Neste contexto, Costa (2014, p.14) afirma que,

O ensino de Geografia possibilita ao aluno o conhecimento do seu lugar, da sua realidade, da sociedade que o cerca. E na sociedade atual em que as mulheres lutam e constroem um papel significativo e de protagonismo, é importante a contextualização do tema gênero e do papel dele na escola.

Ainda, Costa (2014, p.21) considera que a Geografia, “[...] consegue fomentar nos discentes um papel crítico, político e reflexivo, que o instrumentaliza a reconhecer em seus territórios de vivências as lutas das minorias, a organização da sociedade capitalista e a disputa de poder e territórios”. A sociedade vem se transformando, nas últimas décadas, a mulher já alcançou muitas conquistas sociais, políticas e trabalhistas, dessa forma, a educação geográfica precisa estar atenta para isto e formalizar o entendimento desta realidade em sala de aula. Segundo Campos, Davi e Lemos (2017), a Geografia pode ajudar no entendimento da relação entre gênero e espaço. Ademais, “o conceito de gênero permite compreender as relações sociais, especificamente como os sexos contribuem para a reprodução social” (REIS, 2015, p.3).

Porém, para que o ensino de Geografia abarque tanto a questão étnico-racial quanto a de gênero e sexualidade nos currículos, trabalhando na concretude da temática e não apenas na superficialidade das relações que são permeadas entre os conteúdos, repassando apenas dados ou informações contidas em livros, o professor deverá ter uma outra postura educacional. Logo, para o estudo de gênero é necessário repensar na formação de professores que ao saírem dos cursos de graduação possam estar atentos e mais bem preparados para lidar com um assunto que mesmo em efervescência ainda encontra grandes dificuldades de ser abordado no ambiente escolar (CAMPOS; DAVI; LEMOS, 2017). Existe um certo desconforto quando a questão de gênero surge na sala de aula e, por vezes, até mesmo o professor não sabe como proceder, o que falar, e principalmente como falar com os estudantes frente os vários termos existentes que envolve o assunto.

Por outro lado, “A formação escolar tem grande importância na construção da identidade, pois é na escola que os indivíduos entram em contato com a diversidade” (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2016; p.3). Dessa forma, a Geografia como ciência voltada para construção do sujeito social e do entendimento das diversas relações presentes no espaço precisa abrir os olhos para o ensino de Geografia abordando a riqueza das

culturas e povos, na essência das relações existentes entre homem e mulher e na construção de um sujeito que saiba se reconhecer em sua sexualidade. Além de mostrar aos estudantes que as minorias não são opostas ou contrárias ao espaço social, mas sim, um complemento do ganho de relações do homem na vivência do espaço-sociedade.

Considerações finais

A discussão que permeou este artigo se restringe a forma como o currículo escolar da Educação Básica atual é fechado, tradicional e não dá o devido espaço para a inserção de temas extremamente relevantes para o ensino escolar, particularmente ao de Geografia, presentes diariamente na sala de aula como, por exemplo, as questões étnico-raciais e de sexualidade. Esta postura em relação ao currículo encontra respaldo na forma como a sociedade brasileira e principalmente as escolas estão organizadas e estruturadas em modelos heterocentrados de masculinidades e de superioridade da raça/cor branca frente os demais.

A não inserção e/ou falta de diálogo faz com que a negritude e a diversidade sexual continuem sendo vistas como o “diferente”, o “estranho” o que não é “normal”, aquele que não se parece comigo e portanto deixa evidente que “não somos iguais”, mas se não somos iguais, como seremos vistos, aceitos, participantes e atuantes na escola e principalmente na sociedade...

O professor em sala de aula possui pouco ou nenhum apoio/formação/capacitação para trabalhar e abordar as questões de ordem racial e/ou de sexualidade, e o currículo é o exemplo mais evidente de que não se tem interesse em trazer estas questões para a sala de aula, para o conhecimento/discussão junto aos alunos e para fazerem parte do processo de formação dos estudantes, tendo em vista, que estão invisíveis no currículo. A escola, por sua vez, apenas reforça a opressão através do silêncio, da rejeição, do isolamento e se utiliza de ações punitivas, para ajeitar (endireitar) os que transgridam o currículo e o padrão de sociedade vigente no país.

Referências

ALMEIDA, Kaciane Daniella de.; LUZ, Nanci Stanck da. Gênero, sexualidade e currículo: possibilidades para a educação sexual na escola. *In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE e I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO*, 10, 2011, Curitiba. **Anais eletrônicos** [...]

Curitiba: PUCPR, 2011, p. 4627 - 4638. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/cd2011/pdf/5867_2910.pdf. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais**: Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, Luíze Batista; DAVI, Rafaela do Rosário; LEMOS, Thais de Cassia Silva. Estudo de gênero no ensino da Geografia. In: III WORKSHOP DE GEOGRAFIA CULTURAL, 3, 2007, Alfenas, Minas Gerais. **Anais** [...]. Alfenas: UNIFAL, 2017, p. 82 - 91.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Apreensão e compreensão do espaço geográfico. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; CALLAI, Helena. Copetti; KAERCHER, Nestor André (org.). **Ensino de Geografia**: práticas e textualizações no cotidiano. 9. ed. Porto Alegre: Editora Mediana, 2010.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. Tradução de Olivia B. Lima da Silva. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 92-123.

COSTA, Glauber Barros. Por um ensino de Geografia Crítico: discutindo questões de gênero em sala de aula. In: COSTA, Glauber Barros. **Diálogos entre Geografia e Educação**. Curitiba: CRV Editora, 2014. p. 11-30.

FERREIRA, Márcio Porciúcula. Currículo, gênero e sexualidade: questões indispensáveis à formação docente. **Revista Margens Interdisciplinar**, Abaetetuba, v. 9, n. 12, Dossiê currículo, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2995/0>. Acesso em: 06 nov. 2020.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. A Educação Sexual presente nos relacionamentos cotidianos. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org.). **Educação sexual**: em busca de mudanças. Londrina: UEL, 2009. p. 63-103.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e a descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, Porto Alegre, RS, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr., 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2020.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. **Homofobia & Educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009.

MARÇAL, Diogo Cirqueira; SIQUEIRA, Gabriel Siqueira. A questão étnico-racial na Geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. In: XII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2012, Bogotá, Colômbia. **Anais eletrônicos** [...] Bogotá, Colômbia: GEOcrítica, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/comunicaciones/64.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

MOREIRA, C. A. G.; DIAS, L. C. Livros didáticos de geografia e homofobia: uma possibilidade de análise sobre o ensino e diversidade sexual. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 2015, Presidente Prudente, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...] Presidente Prudente, São Paulo: Anais ENANPEGE, 2015. 12 p. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/11/365.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. Opção ou orientação sexual: onde reside a homossexualidade? In: III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - Corpos, Identidade de Gênero e Heteronormatividade no espaço escolar – SIES, 3., 2013, Maringá, Paraná. **Anais eletrônico** [...], Maringá, Paraná: SIMPÓSIO

INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL, 2013, 12 p. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/anais/pdf/diversidade_sexual/3-02.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020.

OLIVEIRA, João Paulo Ferraz de.; NASCIMENTO, Luciana de Abreu. Diversidade no Espaço Escolar: proposições iniciais sobre identidade de gênero e ensino de Geografia. 4º JORNADA CIENTÍFICA DA GEOGRAFIA UNIFAL-MG, 2016, Alfenas, Minas Gerais. **Anais eletrônicos** [...], Alfenas, Minas Gerais: UNIFAL, 2016, 6 p. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/4jornadageo/system/files/anexos/joao242_247.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020

PASSOS, Joana Célia dos; NOGUEIRA, Amanda Mahin Romão. O lugar das relações étnico-raciais na Geografia. **Terra Livre**, São Paulo, SP, n. 47, v. 2, p. 114-147, 2016. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/download/1272/1307>. Acesso em: 06 nov. 2020.

REIS, Maria Lopes. Estudos de gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, RJ, n. 38, p. 11-34, jul./dez., 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/29067>. Acesso em: 06 nov. 2020.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SANTANA, Luzia Martins de.; FREITAS, Vanessa da. Silva. Relações étnico-raciais no ambiente escolar: uma reflexão a partir da análise do livro didático de geografia em escola pública no município de Aroeiras - PB. In: II CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 2., 2015, Campina Grande, Paraíba. **Anais eletrônicos** [...], Campina Grande, Paraíba: CONEDU, 2015. 11 p. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA9_ID2639_06092015200426.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.